

processual penal e execuções - d) Profissionalização do Preso - e) Torno de Co-
operação entre o Ministério da Justiça e Ministério da Agricultura, através da EMBRATER - f) Recursos Humanos (qualificação do
Servidor penitenciário) realização de congressos, encontros, cursos
regionais e estaduais - g) Projetos Industriais - h) Ensino Suple-
tivo de 1º e 2º grau e i) Fundos Penitenciários Estaduais - Além
das iniciativas declinadas, o relator em apreço apresentou as suges-
tões do Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, enfatizando que
algumas delas estão englobadas nos itens anteriores. São as seguin-
tes: a) implantação de centros de observação, como unidade autôno-
ma, com equipe interdisciplinar de pessoal especializado e a neces-
sária infra-estrutura material e administrativa; b) instalação de
classificação e tratamento nos estabelecimentos fechados e semi-aber-
tos, com a equipe interdisciplinar de tratamento; c) adoção de pes-
soal especializado e equipamentos necessários nos serviços de semi-li-
berdade e pós-institucional; d) contribuição na instalação de equi-
pe interdisciplinar e serviço social penitenciário nas Varas das
Execuções Penais; e) construção nas cidades-polo das zonas populo-
sas e de maior criminalidade, em cada Estado, de estabelecimentos se-
mi-abertos e abertos, com pessoal especializado e serviços de semi-li-
berdade e de cuidados, pós-institucionais; f) desafetação de insti-
tuições fechada e sua adaptação aos regimes aberto e semi-abertos;
g) reparação dos estabelecimentos penais, notadamente das celas, re-
feitórios, cozinha, lavanderia, enfermaria, salas do pessoal espe-
cializado, auditório, parlatório, salas de aula, biblioteca, capela,
espaços para educação física, esporte, recreação e dependência pa-
ra visita conjugal; h) criação de órgão central de administração pe-
nitenciária, em cada Estado, com os serviços de observação e trata-
mento penitenciário, reinserção social e assistência pós-penal, além
dos serviços de administração; i) extensão de formação profissio-
nal, com base nas ciências criminológicas e ciências do comportamen-
to, ao pessoal penitenciário, pessoal judiciário e polícia; j) ce-
lebração de convênios com a Universidade e a Escola Profissional, pa-
ra administração da formação profissional e aperfeiçoamento; k) a-
dequação da escola judicial e da escola de polícia aos cursos de pre-
paração profissional e atualização, segundo os objetivos da política
penitenciária nacional; l) implantação da Escola Penitenciária Na-
cional, para ensino profissional, pesquisa científica e aperfeiço-
amento da estatística penal; m) administração de cursos de especia-
lização para equipe interprofissional, e de formação teórica com prá-
tica em serviço penitenciário para dirigentes e pessoal administra-
tivo; n) promoção do estudo do regime jurídico do pessoal do siste-
ma penal, com a obrigatoriedade de cursos para administração e pro-
moção; o) instalação de biblioteca especializada junto aos centros de
ensino, formação e pesquisa; p) edição de uma revista de crimino-
logia e direito penitenciário, para divulgação da política crimi-
nal nacional; q) sensibilização da Universidade e da Comunidade
para participação da execução da política criminal nacional, como
co-responsáveis com o Estado, e respectivamente, com a adoção do
ensino da Criminologia, Direito Penitenciário e Direito do Menor,
e criação dos centros comunitários e instrumentos de terapêutico
social de assistência ao preso, sua família e família da vítima;
r) promoção da capacitação profissional e ensino supletivo para o
sentenciado; s) implementação de projetos agrícolas e industriais
em estabelecimentos semi-abertos e abertos; t) proposição, em con-
junto com outros órgãos do governo, da utilização da mão de obra do
condenado; u) implementação de projetos de pesquisa sobre a sub-
cultura carcerária e serviços penitenciários em todo o País, com
vistas a diagnóstico necessário à execução da Política Penitenciar-
ia Nacional. Concluindo a demonstração em epígrafe, o relator su-
geriu o encaminhamento de cópias à Secretaria do Planejamento do
Ministério da Justiça, a quem incumbe a elaboração de projetos, ao
DEPEN, e ao representante do Ministério junto ao Conselho de Desen-
volvimento Social - CDS. O Senhor Presidente do CNPP louva o tra-
balho apresentado e passa a palavra ao Senhor Conselheiro RENÉ
ARIEL DOTTI, que apresenta ao Plenário o Relatório estatístico a-
nual, das atividades desenvolvidas pelo Programa THEMIS, da Secre-
taria de Estado da Justiça do Paraná, o qual possui vital relevân-
cia no Sistema penitenciário, pois consiste no atendimento aos

apenados beneficiados pelo Instituto da Prisão Albergue. Tendo
em vista que o conteúdo do referido relatório se insere aos obje-
tivos do CNPP, foi solicitado pela Presidência a reprodução do mes-
mo e o seu encaminhamento aos Senhores Conselheiros. Em andamento,
o Senhor Presidente anunciou a prevista exposição sobre o antepro-
jeto de lei de execução penal, proferida pelo Coordenador - Geral
das Comissões Revisoras do Sistema Criminal Brasileiro, Professor
FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, que iniciou informando aos presentes
que a reforma do Sistema Criminal empreendida pelo Ministério da
Justiça foi desenvolvida em duas etapas distintas, tendo a primei-
ra, atingido a Parte Geral do Código Penal e a do Código de Proces-
so Penal, e, a segunda, visando o advento da nova Lei de Execução
Penal. Salientou que os anteprojetos constantes da primeira etapa
haviam sido encaminhados ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça,
haja vista a publicação oficial do anteprojeto de Código Penal.
Quanto ao Código de Processo Penal, estava aguardando a liberação
para a sua publicação. Referindo-se à nova Lei de Execução Penal,
o expositor informou que a mesma já se encontra nas mãos do Minis-
tro da Justiça e falou dela o que se segue: "O anteprojeto da Lei
de Execução Penal, foi elaborado sobre minha coordenação por Comis-
são de Juristas constituída no CNPP-MJ, pelo Senhor Presidente Dr.
PIO SOARES CANEDO. Para maior facilidade de se efetivarem reuniões,
os membros da Comissão se concentraram em dois grupos diferentes:
o primeiro na cidade do Rio de Janeiro, sob a égide do Professor
BENJAMIN MORAES FILHO, e, o segundo, na Capital de São Paulo, con-
stituído pelos Professores RENÉ ARIEL DOTTI, RICARDO ANTUNES ANDREU-
CI, ROGERIO LAURIA TUCCI, MIGUEL REALE JÚNIOR, SERGIO MARCOS DE
MORAES PITOMBO e NEGI CALIXTO. Disto resultou a formação de duas
correntes de pensamentos, com a consequente elaboração de dois es-
boços de leis diferentes, e em alguns pontos conflitantes. Diante des-
te fato incontornável que só pode demonstrar a louvável capacidade
de trabalho dos juristas mencionados e o ardor da defesa de suas
próprias idéias, bem como, o desejo comum de todos em elaborar um
programa de reforma legislativa, traçado pelo Exmº Senhor Minis-
tro de Estado da Justiça. Tornou-se necessário, então, um esforço
derradeiro para a unificação dos dois esboços antes referidos, com
o objetivo de não se perder o que em cada um houvesse de melhor. Es-
te trabalho de unificação foi considerado aqui em Brasília, pelo ex-
positor que lhes fala e pelo Professor MIGUEL REALE JÚNIOR, com es-
trita observância dos critérios que nos foram pessoalmente transmi-
tidos pelo Ministro IBRAHIM ABI-ACKEL. Finalmente, a redação últi-
ma do anteprojeto contém um complexo de normas de direito material
e de normas procedimentais e administrativas, segundo o princípio
da política criminal, centrada na problemática penitenciária. Veja-
se a título de exemplo, algumas que foram incorporadas no texto: 1) re-
strição do regime fechado, cumprimento de pena, estabelecimentos
de segurança máxima a certos delinqüentes qualificados por meio de
técnicas modernas; 2) Separação dos presos para individualização
da pena de acordo com os resultados dos exames criminológicos e
dentro de certos critérios; 3) regimes instituídos de forma pro-
gressiva, orientados no sentido de preparar o condenado para a gra-
dual obtenção da liberdade, segundo seu próprio merecimento e respectiva capaci-
tação para retorno responsável ao convívio social; 4) instituição de direitos e
deveres do preso; 5) estabelecimento de normas disciplinares com tipificação das
faltas graves e respectivas sanções que ponham fim a conceitos variáveis e ao
sabor de arbítrio de defesa; 7) trabalho para todos como dever social e devida-
mente remunerado; 8) assistência multiforme ao preso e ao egresso, principalmen-
te na área populacional". Concluindo, o expositor sugeriu ao CNPP que meditasse
sobre as normas e recomendações para a futura aplicação da lei penal em todo
o território nacional. Após a exposição em epígrafe os Senhores Conselheiros
FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES e JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, apresentaram cum-
primentos ao Coordenador-Geral das Comissões, formulando votos de louvor pela pon-
tualidade e a posição doutrinária irrepreensível com que empreendeu a revisão
criminal. Enfatizaram ainda que o CNPP será o guardião da execução dessa lei
com a colaboração do DEPEN - O expositor agradeceu e retornou à palavra ao Se-
nhor Presidente do CNPP que a transferiu a seu Vice-Presidente, para encerrar a
sessão matutina. A sessão da tarde versou sobre a realização do I CONGRESSO BRA-
SILEIRO DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, quando, de sua abertura, o Senhor
Presidente abordou as seguintes etapas: 1) título do Congresso; 2) local de sua